

Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia

Alvaro Bianchi*

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo proceder à reconstrução crítica do pensamento gramsciano, e particularmente dos *Quaderni del carcere*, investigando o lugar ocupado pelo conceito de hegemonia. A primeira hipótese é a de que a reconstrução das formas de exercício da hegemonia na análise gramsciana implica em reconhecer as diferentes temporalidades que se fazem presentes no conjunto dos *Quaderni*. A segunda hipótese que orientará este trabalho é a de que a valorização da complexidade diacrônica permite revelar a unidade existente no pensamento gramsciano entre: a) história, filosofia e política; b) estrutura e superestrutura; c) as dimensões nacional e internacional da política e da cultura; e d) Estado e sociedade civil. A terceira hipótese é a de que a percepção da discordância dos tempos histórico-internacional e histórico-nacional permitirá distinguir de modo preciso a hegemonia no sentido pleno da palavra, como direção política e cultural de uma classe revolucionária sobre o conjunto das classes subalternas; e a hegemonia restrita, como direção em um período histórico no qual a classe dominante já perdeu a capacidade de assimilar a seu projeto as classes subalternas.

* Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador do Centro de Estudos marxistas (Cemarx/Unicamp) e secretário de redação da revista Outubro.

PALAVRAS-CHAVE: HEGEMONIA; ESTRUTURA; SUPERESTRUTURA; ESTADO;
SOCIEDADE CIVIL

ABSTRACT

The present work seeks to reconstruct critically Gramsci's thought, more particularly that of his Quaderni del cárcere, by investigating the place he reserved to the concept of hegemony. The first hypothesis is that reconstructing the exercise forms of hegemony in Gramsci's analysis implies recognizing the different temporalities present in the Quaderni. The second hypothesis that guides this work is that valorizing the diachronic complexity allows to reveal that Gramsci's thought comprehends a unity between: a) history, philosophy and politics; b) structure and superstructure; c) the national and international dimensions of politics and culture; and d) the State and the civil society. The third hypothesis is that the discrepancy between the historical-international and the historical-national times helps distinguish precisely between hegemony in its full sense, i.e. the political and cultural guidance of a revolutionary class upon a set of subaltern classes, and restricted hegemony, which is the guidance in a historical period when the ruling class has already lost its capacity to assimilate the subaltern classes in its project.

KEYWORDS: HEGEMONY; STRUCTURE; SUOERESTRUCTURE; STATE; CIVIL SOCIETY

INTRODUÇÃO

Ao final de seu alentado trabalho de reconstrução da trajetória dos estudos gramscianos, Guido Liguori vislumbrou um programa de pesquisa no qual a contextualização efetiva do pensamento do marxista sardo permitiria aprofundar uma “escavação conceitual” capaz de identificar as múltiplas fontes de sua reflexão, bem como seu lugar na história (Liguori, 1996: 254). Dez anos depois, o mesmo Liguori constatava, juntamente com Chaira Meta, o desenvolvimento desigual desse programa de pesquisa: embora sua realização tivesse, qualitativamente, motivado novas e rigorosas abordagens, quantitativamente teria ocorrido um descompasso entre a retração dos estudos gramscianos na Itália e a ampla difusão destes no resto do mundo (Liguori e Meta, 2005: 7.)

A situação política na qual esse desenvolvimento desigual ocorreu é importante

para sua compreensão. Marcada pelo colapso do “socialismo real” e pelo fim do Partido Comunista Italiano (PCI), a evolução desses estudos pôde, pela primeira vez afastar-se das determinações da conjuntura política e das necessidades do momento (Cf. Durante, 1999: 3-4). Mas a crise do “*partito di Gramsci*” repercutiu negativamente, no contexto italiano, na difusão da obra daquele que era identificado como seu fundador. O apelo das idéias de Gramsci não era o mesmo, o que explicaria o declínio quantitativo das pesquisas a ele dedicadas. Foi esse mesmo contexto, entretanto, que libertou o marxista sardo de seu segundo encarceramento, permitindo a internacionalização dos estudos gramscianos e a abertura à investigação dos novos problemas apresentados seja pelas transformações do mundo contemporâneo, seja pelo reconhecimento de novas realidades políticas e sociais.¹ Essas transformações nesse campo de estudo podem ser ilustradas pela apropriação criativa das categorias gramscianas, e particularmente do conceito de hegemonia, em duas áreas de pesquisa distantes entre si: as relações internacionais e os estudos culturais.²

Nas relações internacionais, a crise da ordem mundial do pós-guerra e da hegemonia estadunidense promoveu o desenvolvimento dos estudos sobre a ascensão e queda das hegemonias (Arrighi, 1996: 27). O estudo empírico deste tema, nas suas mais variadas dimensões foi acompanhado de um debate teórico sobre o próprio conceito de hegemonia. Aqui é de grande relevância a contribuição da vertente neo-gramsciana das relações internacionais. Nesta vertente, Cox construiu um conceito de hegemonia que servia como ferramenta heurística para a análise das relações internacionais. Sua aproximação de Gramsci destaca-se na medida em que sua apropriação do conceito de hegemonia lhe permite compreender não apenas a hegemonia de uma nação sobre outras, como também a de uma classe ou fração sobre outras. Para tanto evita a redução do conceito à esfera da ideologia, articulando as dimensões sociais, econômicas e político-ideológicas da vida social (Cf. a respeito Cox e Sinclair, 1996; Cox, 1987; Cox, 1999, Cruz, 2000, Gill, 1993, Murphy, 1994 e Rupert, 1996).

1 Sobre a internacionalização dos estudos gramscianos ver a coletânea organizada por Santucci (1995).

2 Mereceriam destaque, também, os estudos de Jessop (1990) sobre a teoria do Estado, mas estes, embora de grande importância não chegaram, pelo menos até o momento a constituir uma corrente de pensamento, como é o caso da vertente neo-gramsciana das relações internacionais ou dos estudos culturais.

Nos estudos culturais, Stuart Hall à frente do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da University of Birmingham, investigou as possibilidades do conceito de hegemonia na análise dos processos culturais,³ considerando esta como um processo de “coordenação” entre os interesses de um grupo dominante e os interesses dos demais grupos sociais e o Estado. Tal “coordenação” constituiria a “hegemonia de um bloco histórico particular” (Hall, 2003: 311). Em Hall, o momento histórico da hegemonia não comportaria contradições importantes entre as classes ou frações de classes dominantes e subalternas, mas seria um período em que a sociedade estabeleceria para si uma “agenda histórica inteiramente nova”, por meio da liderança de forças sociais específicas. A liderança em um período de hegemonia seria exercida por um bloco histórico no qual encontrar-se-iam as classes subalternas conquistadas por meio de um processo de “concessões e compromissos específicos”, embora permanecendo com funções subordinadas (Hall, 2003: 312).

Embora extremamente férteis em suas pesquisas, a apropriação das categorias gramscianas pela teoria das relações internacionais ou pelos estudos culturais nem sempre teve como pressuposto uma reconstrução rigorosa do pensamento marxista sardo. O ponto de partida para esses novos estudos foi, assim, uma leitura filologicamente *débole*⁴ da obra deste e, principalmente dos *Quaderni del carcere*. Contraditoriamente, foi no contexto italiano de declínio dos estudos gramscianos que se tornou possível combinar uma pesquisa “em campo aberto”, sem as pré-noções que haviam informado anteriormente o debate, e uma abordagem metodológica mais rigorosa no tratamento do texto e das fontes deste.

Este presente projeto de pesquisa pretende colocar-se na intersecção dessas duas vertentes. Por um lado, pretende estar aberto às novas problemáticas colocadas em pauta pela internacionalização dos estudos gramscianos. Por outro, pretende promover uma leitura rigorosa da obra gramsciana e, particularmente, dos *Quaderni*

3 No âmbito dos estudos da cultura outros pesquisadores de renome fizeram amplo uso das categorias gramscianas e, particularmente do conceito de hegemonia, como, por exemplo, Raymond Williams (1977 e 1983) e Edward Said (1994). Para uma discussão das contribuições de Said e Stuart Hall aos estudos gramscianos ver Baratta (2004: 200-211). Uma crítica consistente às apropriações de Gramsci no âmbito dos estudos culturais e, principalmente, da antropologia encontra-se em Crehan (2002)

4 Propositamente utilizo a expressão *débole* em italiano que não traz necessariamente a forte conotação valorativa da palavra *débile* no mesmo idioma ou *débil* em português.

del carcere, por meio de uma valorização das fontes do pensamento gramsciano e da leitura genético-diacrônica desenvolvida no âmbito das pesquisas italianas.

OBJETIVO DA PESQUISA

A presente pesquisa tem por objetivo proceder à reconstrução crítica do pensamento gramsciano, e particularmente dos *Quaderni del carcere*, investigando o lugar ocupado nestes pelo conceito de hegemonia. A centralidade do conceito de hegemonia no pensamento gramsciano é tese bastante difundida (cf. p. ex. Coutinho, 1999, Laclau e Mouffe, 2004; e Sassoon, 1987), mas não chega a ser unânime. Enquanto alguns têm enfatizado a noção de intelectual orgânico (cf. p. ex. Piotte, 1970 e Santucci, 1987), outros insistiram na concepção gramsciana de Estado (cf. p. ex. Bobbio, 1975; e Buci-glucksman, 1980), no conceito de bloco histórico (cf. p. ex. Portelli, 1977), no de revolução passiva (cf. p. ex. Kanoussi e Mena, 1985) e, recentemente, até em sua teoria da personalidade (cf. p. ex. Ragazzini, 2002). A pesquisa aqui projetada difere desses estudos por suas hipóteses:

A primeira hipótese é a de que a reconstrução das formas de exercício da hegemonia na análise gramsciana implica em reconhecer as diferentes temporalidades que se fazem presentes no conjunto dos *Quaderni*. Para tal é necessário destacar: a) a não contemporaneidade existente no interior dessa obra entre o tempo histórico e o tempo do processo de produção teórica, entre o tempo no qual um problema específico da vida social e política se apresenta como uma questão ao mesmo tempo prática e teórica e o tempo do desenvolvimento da solução teórica dada pelo autor; b) o contratempo existente entre a herança histórico-nacional italiana, na qual Gramsci prontamente se situa, mas cujo caráter conservador quer superar, e a herança histórico-internacional da Revolução Russa, da qual ele se apropria com o propósito de traduzi-la para o contexto italiano. Outras duas hipóteses, subordinadas a esta acima apontada guiarão a pesquisa.

A segunda hipótese que orientará este trabalho é a de que a valorização da complexidade diacrônica presente nos *Quaderni* permite revelar a unidade existente no pensamento gramsciano entre: a) história, filosofia e política; b) estrutura e superestrutura; c) as dimensões nacional e internacional da política e da cultura; e d) Estado e sociedade civil. Essa valorização permite compreender o conceito de hegemonia como o epicentro e uma concepção unitária, mas não sistêmica, da vida social.

A terceira hipótese é a de que a percepção da discordância dos tempos histórico-internacional e histórico-nacional, dos tempos da revolução e da conservação, permitiu a Gramsci distinguir de modo preciso duas formas diferentes de realização da hegemonia: a) a hegemonia no sentido pleno da palavra, como direção política e cultural de uma classe revolucionária sobre o conjunto das classes subalternas; b) hegemonia restrita, como direção em um período histórico no qual a classe dominante já perdeu a capacidade de assimilar a seu projeto as classes subalternas e, na qual uma fração das classes dominantes exerce sua função dirigente apenas sobre o conjunto delas por meio da mediação do Estado.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O conceito de hegemonia já parece ter sido tão discutido que dispensaria um novo estudo sobre o tema. Desde a publicação das obras carcerárias de Antonio Gramsci no imediato pós-guerra, sob a direção de Palmiro Togliatti, a literatura sobre o tema cresceu de modo exponencial. Antes de testemunhar o esgotamento do tema, essa literatura e a intensa atividade acadêmica e institucional a ela associada depõe a favor do vigor da formulação original.

Se o conceito gramsciano de hegemonia tem sido longamente discutido, as ênfases, entretanto, variaram ao longo do tempo. Num primeiro momento os comentaristas – e principalmente os italianos – tenderam a destacar a universalidade da reflexão gramsciana, procurando vincula-la à tradição leninista e assim justificar sua incômoda presença perante o movimento comunista internacional (ver, p. ex. Togliatti, 1972 e Gruppi, 1987 e 2000). Nessa versão, a teoria gramsciana não seria senão uma rerepresentação de teorias previamente formuladas no contexto russo para explicar o processo de construção do poder político dos trabalhadores. O próprio Gramsci fornece os argumentos para tal, ao atribuir a paternidade do conceito de hegemonia a Lênin: “Daí decorre que o princípio teórico-prático da hegemonia tem também um alcance gnoseológico e portanto que neste campo deve ser procurada a contribuição teórica máxima de Ilich à filosofia da práxis” (Gramsci, 1977: 1249-1250).

Gramsci era um comunista e sua trajetória política não deixa lugar a dúvidas a respeito. Mas a operação de subsunção do marxista italiano ao ambiente político-intelectual da Terceira Internacional não deixa de ser uma dupla mistificação. É uma mistificação da suposta homogeneidade desse ambiente, muito distante do processo

real de construção da organização vivenciado por Gramsci. A contribuição de Aldo Agosti ao estudo desse tema é extremamente importante. Em seu ensaio publicado na coletânea *Historia do marxismo*, organizada por Eric Hobsbawm, Agosti sublinha a diversidade dos partidos que participaram do chamado à constituição da Internacional Comunista, bem como os diferentes grupos que existiam no interior de cada partido (Agosti, 1988).

Mas essa subsunção é, também, uma mistificação da própria formação intelectual de Antonio Gramsci e de sua trajetória na prisão. Suas influências intelectuais e sua participação em um debate político-filosófico europeu definiram uma agenda intelectual que mantinha importantes pontos de contato com a tradição intelectual russa, mas não estava circunscrita a ela (cf. Dias, 1996a e 2000). A autodefinição de seu período juvenil como “tendencialmente crociano”, registrada nos *Quaderni del carcere*, já deveria bastar para inferir a diversidade de suas fontes (Gramsci, 1977: 1233).

Em um segundo momento, a tendência foi destacar a cidadania italiana da reflexão gramsciana, autonomizando seu pensamento de toda tradição externa e ressaltando aquilo que ele teria de excepcional (p. ex. Bellamy, 1990; Bellamy e Schechter, 1993; e Urbinati, 1998). Para alguns, Gramsci seria um pensador sulista, “mediterrâneo”, inclinado a tratar de temas próprios à construção de identidades políticas na periferia do capitalismo. Neste caso sua contribuição tende a ser reduzida à incorporação da análise cultural e ideológica ao debate político contemporâneo, tendência presente, principalmente, nos estudos culturais já mencionados.

Para outros, tratar-se-ia de um capítulo da história do neoidealismo italiano e, particularmente, do *attualismo* gentiliano (cf. Del Noce, 1978 e De Giovanni, 1987). Para esta tendência, a valorização das fontes italianas do pensamento gramsciano torna-se essencial. O alcance cultural dos ensaios nos quais Benedetto Croce (1946) e Giovanni Gentile (2003) desenvolveram uma avaliação do marxismo e de seus limites cognitivos é indiscutível. A importância destes textos, além do imediato valor teórico, encontra-se principalmente nas implicações histórico-políticas destes ensaios. Com efeito, por um lado, esses autores inserem-se no debate italiano sobre a crise do marxismo, o que os levará a um diálogo crítico com o autor que introduziu o materialismo histórico na Itália, Antonio Labriola (2000); e, por outro lado, por meio destes ensaios, esses autores estimaram ter dado conta do materialismo histórico na Itália. Para Croce (1931, 1946, 1947 e 1998), a edificação da filosofia do espírito, com sua pretensão de ser o fundamento de uma operação de hegemonia cultural, com-

pletaria essa obra de confutação constituindo sua *pars costruens*. Gentile (2003), por sua vez, levaria a cabo uma apropriação particular das Teses sobre Feurbach de Marx, das quais foi o primeiro tradutor na Itália, para subsumir o pensamento marxiano no interior da filosofia *attualista*, por meio de uma impressionante ampliação do conceito de práxis, no qual a atividade torna-se práxis do pensamento e a objetividade a objetividade pensada.⁵ Aqui a subordinação de Gramsci ao neoidealismo tende a aprisionar seu pensamento em um plano epistemológico-metafísico (na leitura de Del Noce) ou metapolítico (no caso de De Giovanni).

Liguori destacou de modo apropriado como esta subordinação permitia afastar Gramsci do marxismo e afirmar a atipicidade de seu comunismo, ou, até mesmo, que o sardo não teria sido verdadeiramente comunista. Mas foi contra uma tentativa de liquidação do marxismo que Gramsci escreverá seu anti-Croce e que dedicará também diversas passagens a Gentile.⁶ A recusa por parte Gramsci dos projetos croceano e gentiliano de subordinação ou reforma do marxismo no âmbito do neoidealismo foi acompanhada por uma recusa das leituras reducionistas que via como predominantes no interior do marxismo e, particularmente, na Internacional Comunista. Sua polêmica com Bukharin visava não apenas a evitar a perda de eficácia interpretativa de uma concepção reducionista (Cf. Bianchi, 2003 e Zanardo, 1974). Ela visava impedir que uma interpretação reducionista conduzisse à assimilação de correntes estranhas ao marxismo o que teria como consequência a assimilação do marxismo por outras correntes, ou seja, a subalternização da filosofia da práxis. Subalternização essa que retiraria a força hegemônica da filosofia da práxis, na medida em que impediria que esta se apresentasse como uma nova concepção de mundo. À luz da teoria da hegemonia formulada por Antonio Gramsci, o sentido cultural da operação interpretativa da parte de Croce e Gentile revela seu propósito: neutralizar o potencial disruptivo da teoria marxista e construir uma nova ideologia nacional.

Ambas as tendências interpretativas podem ser encontradas de modo caricatural na interpretação do pensamento de Antonio Gramsci difundida pelo PCI nos primeiros anos do pós-guerra. Assim, na primeira notícia sobre a publicação dos *Quaderni*,

⁵ Sobre a relação Labriola-Croce-Gentile-Gramsci, ver Badaloni, 1975; Cavallari, 1971; Del Noce, 1978 e 1996; Finochiaro, 2002; Jacobitti, 1975 e 1980; Losurdo, 1997; Martelli, 1996; e Santucci, 2001.

⁶ O fato de crítica a Gentile não ser desenvolvida de modo tão sistemático como a que é dedicada a Croce não diminui sua importância.

dada pelo próprio Togliatti em um artigo não assinado publicado no dia 30 de abril de 1944 no jornal do Partido Comunista Italiano, *L'Unita*, é enfatizada a nacionalidade italiana da reflexão do sardo e seu papel como crítico da cultura:

“O tema principal [dos *Quaderni*] é uma ‘história dos intelectuais’ na qual é examinada criticamente a função assumida pelos intelectuais como instrumento das castas dirigentes para manter o próprio domínio sobre as classes populares, a rebelião de alguns grandes pensadores perante essa função e os acontecimentos relativos da história e do pensamento italiano (...) um caderno inteiro trata da filosofia de B[enedetto]. Croce, o papa laico (...) cuja ditadura sobre a intelectualidade do último século encobre e assegura a ditadura da casta burguesa reacionária na ordem econômica e política” (*Apud* Liguori, 1996: 40.)⁷

O prefácio de *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*, o primeiro dos volumes publicados com os escritos do cárcere, reforçava o sentido dessa reconstrução, definindo os escritos ali reunidos como “o coroamento de toda a pesquisa conduzida por Gramsci nos anos de prisão, a justificativa teórica, filosófica da imposição dada ao problema dos intelectuais e da cultura.” (Gramsci, 1984: XVI.) Desse modo Gramsci era justificado para o público externo como digno representante da cultura italiana, no sentido estrito da expressão.

Era necessária, entretanto, uma justificação perante o movimento comunista internacional. Assim, de modo contraditório, no mesmo *Prefácio*, citado era possível ler: “Esses escritos de Gramsci não poderiam ser avaliados e compreendidos de modo adequado, se não tivessem sido adquiridos os progressos realizados pela concepção marxista nas três primeiras décadas deste século, devido à atividade teórica e prática de Lenin e Stalin.” (Liguori, 1996:40) A afirmação repete o grosseiro retrato construído por Palmiro Togliatti no artigo “Il capo della classe operaia italiana”, publicado em

7 A complexa relação existente entre Gramsci e Togliatti tem sido apontada por seus biógrafos. Fiori (1979), Lepre (2001) e Natoli (1990) destacaram o afastamento entre ambos após as críticas de Gramsci à direção do Partido Comunista russo em 1926. Esse afastamento teria se tornado ainda maior por ocasião do giro sectário do PCI durante o denominado “terceiro período” e a expulsão do PCI de Alfonso Leonetti, Pietro Tresso e Paolo Ravazzola, o que foi sempre contestado pelos historiadores identificados com o togliattismo (p. ex. Spriano, 1976, v. 2). A respeito da correspondência de 1926 ver Daniele (1999).

Lo Stato operaio em 1937, na qual Gramsci aparece (e perece) portando a “bandeira invencível de Marx-Engels-Lenin-Stalin” (Togliatti, 1972: 36). Para o secretário-geral do PCI, Gramsci não apenas seria um portador desse estandarte como um discípulo teórico de Stalin: “Gramsci desenvolveu, de 1924 a 1926 uma atividade excepcional. São deste período os escritos de Gramsci dedicados principalmente a elucidar as questões teóricas da natureza do partido, de sua estratégia, de sua teórica e de sua organização, nos quais se sente mais forte a influência profunda exercida sobre ele pela obra de Stalin.” (Togliatti, 1972: 30) A operação de transformação de Gramsci em um stalinista levada a cabo por Togliatti foi interpretada como uma tentativa de “salvaguardar o nome de Gramsci” perante a Internacional Comunista (p. ex. Liguori, 1996: 17), mas se parece mais com uma tentativa de salvaguardar a si próprio e ao stalinismo, apropriando-se do prestígio do marxista sardo.

Afastando-se de ambos os caminhos traçados anteriormente, o presente projeto procurará abordar o conceito gramsciano de hegemonia localizando o pensamento do marxista italiano no encontro histórico da revolução italiana com o movimento comunista internacional. As origens do conceito não deverão, portanto, ser procuradas exclusivamente no seio da Terceira Internacional, muito embora os debates teóricos desse contexto sejam fundamentais para sua compreensão. Nem deverão ser analisados como pertencentes a um contexto geográfico e intelectual restrito, apesar deste iluminar importantes aspectos teóricos. Trata-se, antes de mais nada de reconhecer a complexidade das fontes do pensamento gramsciano e de verificar como ele se insere no contexto político-cultural italiano e europeu.

Tais contextos não são, entretanto, contemporâneos entre si. A noção de discordância dos tempos, desenvolvida por Daniel Bensaïd (1995 e 1996) é, para os propósitos deste projeto de grande importância. Rejeitando a concepção de tempo linear e homogêneo, Bensaïd resgata na obra de Marx uma noção do tempo marcada pelo contratempo e pela não-contemporaneidade. As linhas evolutivas próprias da historiografia positivista explodem e fragmentam-se revelando descontinuidades radicais e saltos acrobáticos no espaço-tempo da história. Ao invés de uma concepção teleológica da história que a reduziria a mera espera, uma concepção da história como tragédia. Ao invés de uma narrativa historiográfica que pusesse ordem no caos dos fatos, uma nova escrita da história. Pois é uma nova escrita da história que Gramsci começa a produzir na prisão, naquele exato momento em que escreve à sua cunhada, em março de 1927: “Estou atormentado (...) por esta idéia:

de que é preciso fazer algo *für ewig*. (...) Em suma, segundo um plano preestabelecido, gostaria de ocupar-me intensa e sistematicamente de alguns temas que me absorvesse e centralizassem minha vida interior.” (Gramsci, 1973: 58)

O resultado dessa atividade planejada por Gramsci foram os 33 cadernos escolares de capa dura que preencheu com suas anotações durante os anos de prisão. Mas esses cadernos não foram escritos segundo uma ordem cronológica. Vários eram redigidos ao mesmo tempo; alguns eram temporariamente deixados de lado, enquanto outros eram iniciados; páginas em branco eram intercaladas para serem preenchidas mais tarde, tudo isso em um meticuloso processo de artesanato intelectual. A discordância dos tempos ditada pela história (o tempo da *gênesis*) se manifestava objetivamente, mas de modo complexo, no nível da *poíesis* (a ação de produzir), e, por meio dela na *nóesis* (a ação de pensar, o dever conceitual) e na materialidade da *léxis* gramsciana (a ação de dizer).⁸ De modo complexo porque *poíesis*, *nóesis* e *léxis* partilham o mesmo suporte, os *Quaderni del carcere* e as *Lettere al carcere* sendo, desse modo, materialmente impossível separar o momento da investigação do momento da exposição (Cf. Coutinho, 1999: 79-80).

A pesquisa sobre o pensamento de Gramsci deve levar em conta, portanto, a diversidade material e teórica da obra. Trata-se de assumir a relação dialética entre a teoria e a prática no interior da própria obra. Provisoriamente é possível adiantar que essa abordagem permite identificar um conceito de hegemonia que se constrói a partir de uma clara diferenciação dos mecanismos de direção e dominação. De acordo com uma bem conhecida passagem dos *Quaderni del carcere*,

“O critério metodológico sobre o qual é preciso fundar a própria análise é o seguinte: que a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou submeter mesmo que com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exercita o poder e na medida em que o mantém fortemente

⁸ Utilizamos aqui, livremente, as indicações de Hector BENOIT (2004), a respeito das temporalidades da *gênesis*, *poíesis*, *nóesis* e *léxis* nos Diálogos de Platão.

em suas mãos, toma-se dominante, mas deve continuar sendo 'dirigente.'" (Gramsci, 1977: 2010-2011.)

Mas esta diferenciação é o ponto de partida e não de chegada na abordagem gramsciana. É importante destacar um outro eixo de diferenciação que se cruza com este, um eixo que se estabelece a partir da distinção das forças sociais que organizam a hegemonia e de suas diferentes temporalidades. Gramsci destaca as diferentes *formas* de exercício da hegemonia a partir da distinção das classes sociais que a exercem (Cf. Gerratana, 1997: 123.). Para prosseguir com a metáfora espacial é possível falar de dois vetores de sentidos diferentes sobre este mesmo eixo.

No primeiro desses vetores, temos a construção da hegemonia das classes subalternas. Nesse sentido, a hegemonia se constrói no processo de ascensão social das forças sociais até então excluídas do aparelho estatal por meio de sua capacidade de dirigir política, intelectual e moralmente as maiorias sociais. A realização dessa hegemonia expande a base social do Estado, incorporando ao exercício do poder político as classes subalternas. Trata-se, portanto, de uma hegemonia plena ou expansiva. Os materiais históricos mobilizados por Gramsci para a construção do conceito sobre este vetor são a revolução francesa e a revolução russa. A análise do jacobinismo e do bolchevismo, principalmente deste último, é determinante e permite compreender a particularidade da formulação gramsciana e, ao mesmo tempo, identificar suas fontes.

No segundo desses vetores, temos a hegemonia da burguesia. O sentido deste vetor aponta para as formas de sua realização em um período histórico no qual essa classe já perdeu a capacidade de assimilar a seu projeto os grupos subalternos. Não se trata, pois da hegemonia de uma classe em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado. É, neste caso, uma hegemonia restrita, ou, para utilizar o *lessico gramsciano*, uma revolução passiva. As fontes históricas predominantes são, para este vetor, italianas, a análise do *Risorgimento* e do fascismo e as formas de atualização da dominação burguesa (cf., p. ex., Braga, 1996; Buci-Glucksmann, 1978; De Felice, 1978; Kanoussi e Mena, 1985; Mangoni, 1987; Vianna, 1997).

O conceito de hegemonia, formulado sobre esses vetores, permite a reconstrução da unidade ente filosofia, história e política, superando a fratura imposta pelas interpretações dominantes no interior da Segunda Internacional e da Internacional Comunista, fratura esta que se justificava muitas vezes com a autoridade do Lenin

de *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* (1977). Para Lenin essa separação tinha por objetivo, apenas nortear uma investigação das fontes históricas do marxismo — a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e a prática e a ciência política francesas —, entendido este como um coroamento e uma superação da ciência das nações mais avançadas da época. Mas quando cada um desses momentos era tomado isoladamente (cf. p. ex. ..., 1974), estes tornavam-se a antecipação da filosofia, da economia e da política marxistas. A este respeito, afirmava Gramsci:

“Uma concepção muito difundida é que a filosofia da práxis é uma pura filosofia, a ciência da dialética, e que as outras partes são a economia e a política, razão pela qual se afirma que a doutrina está formada de três partes constitutivas, que são ao mesmo tempo a coroação e a superação do grau mais alto que, em torno de 1848, havia alcançado a ciência das nações mais avançadas de Europa: a filosofia clássica alemã, a economia clássica inglesa e a atividade e a ciência política francesa. Esta concepção, que é mais uma investigação geral das fontes históricas que uma classificação nascida do íntimo da doutrina, não pode contrapor-se como esquema definitivo a qualquer outra organização da doutrina que seja mais próxima à realidade. Perguntar-se-á se a filosofia da práxis não é acaso especificamente uma teoria da história e responde-se que isso é correto, mas por isso a política e a economia não podem separar-se da história, inclusive nas fases especializadas, da ciência e arte da política e de ciência e política econômica”. (1977: 1448. Cf. tb. p. 1246.)

A resposta de Gramsci destacava, assim, a unidade entre política, economia e história. A unidade entre história e política aparece com força na utilização analógica que faz dos materiais históricos concretos que tem à disposição: a Revolução Francesa; a história italiana, particularmente o *Risorgimento*; a experiência dos conselhos turineses; e a Revolução Russa. Ao discutir o passado tem em vista o presente e o futuro. É clara aqui a influência da perspectiva croceana. As categorias filosóficas do pensador idealista recuperavam e remodelavam teoricamente uma tradição, ao mesmo tempo histórica e conceitual, que fazia da filosofia da história e da história da filosofia uma única teorização, de acordo com os ditames do historicismo absoluto apropriado criticamente por Gramsci. Essa apropriação é crítica porque ela não se limita ao estreito horizonte fixado por Croce. O marxista sardo

reconhece a importância de afirmar a identidade entre história e filosofia, como havia feito o filósofo napolitano, mas afirma que esta fórmula encontrar-se-ia mutilada se não implicasse na identidade entre história e política e entre política e filosofia (Gramsci, 1977: 1241).

Colocada a questão dessa maneira revela-se a própria operação filosófico-política levada adiante por Croce. Conformemente à teoria croceana segundo a qual toda história é história contemporânea, esta operação diz respeito à tentativa de construir uma nova ideologia nacional como parte de um programa hegemônico – de alguma forma bem sucedido – da vida cultural e política italiana. É no interior dessa discussão que Gramsci, dentro de uma perspectiva unitária da história, política e filosofia, estabelecerá um forte diálogo crítico com o pensamento político italiano moderno. Para reconstruir esse diálogo torna-se importante o conhecimento direto das categorias fundamentais do pensamento político italiano moderno, partindo de sua fundação renascentista com Nicolau Maquiavel (1971) até chegar aos teóricos da revolução napolitana de 1799 e, particularmente Vincenzo Cuoco (1999).

O conceito de hegemonia também permite restabelecer a unidade entre estrutura e superestrutura no interior da concepção materialista da história. André Tosel, em um curto e instigante artigo de polêmica com François Furet, assinalou que Gramsci interpretou as fórmulas presentes no “Prefácio de 1859” demonstrando que elas contêm “princípios, os do materialismo histórico, que asseguram um contato com a especificidade do processo revolucionário” (Tosel, 1994: 42).

Esses princípios, resgatados por Gramsci e citados de memória em sua nota “Análises de situações. Relações de forças”, são os seguintes:

1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações (verificar o exato enunciado destes princípios) (Gramsci, 1977: 1578).

A passagem guarda certa distância do texto original de Marx, muito embora, Gramsci tenha anexado, à margem do manuscrito, uma tradução literal realizada por ele próprio. Que a citação é feita recorrendo inicialmente à memória é evidente pela própria observação recomendando consultar o texto original. Mas as modificações

não podem ser creditadas unicamente às lacunas da memória e sua interpretação é útil para esclarecer certos pontos do pensamento gramsciano.

As diferenças entre os textos foram já apontadas por Nicola Badaloni (1978: 27-28) e saltam aos olhos. Ao invés de “forças produtivas”, Gramsci utiliza a expressão “formas de vida” e aquilo que Marx chama de “condições materiais de existência” aparece no texto gramsciano como “condições necessárias e suficientes”. O tema é recorrente em Gramsci e o “Prefácio de 1859” será citado outras vezes, fazendo referências às “condições necessárias e suficientes” e “formas de vida” (Gramsci, 1977: 455); às “condições [premissas] necessárias e suficientes” e “possibilidades de desenvolvimento” (Idem, p. 869); e às “condições necessárias” e “forças produtivas” (Gramsci, 1977: 1774). “Relações de produção novas e superiores”, por sua vez, não aparece no texto do marxista italiano.⁹

Para interpretar essa passagem do texto gramsciano e sua relação com o prefácio de Marx, Badaloni resalta o vínculo existente entre os dois “princípios” destacados por Gramsci e seu objeto: “a crítica da política” (Badaloni, 1978: 28). Para Gramsci os dois princípios de interpretação da crise transformam-se em regras interpretativas de uma realidade que já se encontra marcada por essa mesma crise.

A ordem do enunciado gramsciano tem, segundo Badaloni, sua importância e não é demais destacar que estão em posições inversas às utilizadas por Marx. A primeira dessas regras produz otimismo e confiança. Ela indica a possibilidade de superação da ordem vigente. A segunda inspira temor e prudência. Alerta que a superação antes enunciada não ocorre de forma mecânica e sem resistência e “induz o político a não levar em conta apenas a energia que a sua ‘parte’ pode desenvolver, mas também os impulsos hegemônicos que o adversário também pode emitir” (Badaloni, 1978: 28). Em outro artigo, Badaloni destaca que, no resumo gramsciano, o problema “torna-se mais geral e é visto pelo lado da subjetividade”, o que pode ser apreciado pela utilização do termo “formas de vida”, que Gramsci usa de modo bastante freqüente (Badaloni, 1991: 47).

As observações de Badaloni, embora não esgotem o tema, nos fornecem importante ponto de apoio para uma adequada interpretação da apropriação gramsciana do prefácio de 1859. As opções terminológicas de Gramsci têm grande importância. Ao

9 Apenas uma vez, é citado textualmente o texto de Marx destacando “as condições materiais” e as “forças produtivas” (Gramsci, 1977, 1422).

eliminar a palavra “material” ele afasta a estrutura desse nível da análise, justamente o nível que indica o momento da passagem a outra formação social, o momento no qual esse “problema” é colocado historicamente.

Ora, se seguirmos as indicações de Tosei para quem esses dois princípios são “o princípio objetivo da contradição entre relações de produção e forças produtivas, o princípio subjetivo da maturação das condições ideológico-políticas de solução da contradição” (Tosei, 1994: 42), veremos que a modificação introduzida pelo marxista italiano diz respeito justamente ao princípio subjetivo. Trata-se de *revalorizar*, no texto marxiano, o lugar ocupado pela intervenção humana, introduzindo o tema da vontade.

O próprio Gramsci explicita o problema ao afirmar que

a proposição de que ‘a sociedade não coloca diante de si problemas para cuja solução ainda não existam as premissas materiais’. É o problema da formação de uma vontade coletiva que depende imediatamente desta proposição. Analisar criticamente o significado da proposição implica indagar como se formam as vontades coletivas permanentes, e como tais vontades se propõem objetivos imediatos e mediatos concretos, isto é, uma linha de ação coletiva (Gramsci, 1977: 1057).

Interpretado desta forma, o “Prefácio de 1859” tem seu conteúdo revalorizado. No pensamento da social-democracia alemã, ele não fazia mais do que apontar o destino ao qual levaria o caminho do acúmulo gradual das forças proletárias, empurrado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo e aplainado pelas vitórias eleitorais do partido. Era instrumento ideológico do morfinismo do proletariado, para usar uma expressão de Gramsci, que não teria outra coisa a fazer do que aguardar o inevitável desenlace. Esse mesmo texto na formulação gramsciana transforma-se numa vigorosa denúncia de todo economicismo e automatismo, bem como recebe um uso “revolucionário”, transformando-se em instrumento de interpretação da revolução (Paggi, 1973: 1320).

A denúncia do economicismo e do automatismo acarreta a rejeição de uma visão fatalista da história, muito em voga à época, que derivava a crise revolucionária diretamente da crise econômica. É isto o que Gramsci tem em mente quando afirma: “pode-se excluir que, de per si, as crises econômicas imediatas produzam acontecimentos fundamentais; apenas podem criar um terreno favorável à difusão de determinadas

maneiras de pensar, de formular e resolver as questões que envolvem todo o curso ulterior da vida estatal” (Gramsci, 1977: 1587).¹⁰

A ênfase aqui colocada, e claramente perceptível na análise do Prefácio de 1859, está no conjunto das relações sociais que permitem o desenvolvimento da vontade social. Segundo Dias, não se trata, entretanto de voluntarismo e sim da interpenetração entre vontade e história. (2000: 113). A estrutura não desaparece, portanto, da análise. É sobre a base de uma determinada estrutura que se constrói “um campo de possibilidades que as forças relativamente permanentes e contrapostas utilizam, na medida de sua capacidade política, em sentido oposto” (Paggi, 1973: 1347).

O resultado desse rearranjo do texto marxiano de modo a destacar aquilo que é o seu “núcleo racional” é uma poderosa ferramenta de análise capaz de elucidar as conexões existentes entre estrutura e superestrutura. De Felice (1978: 197) destaca que o recorrente apelo de Gramsci ao “Prefácio de 1859”, justamente aquele texto que era tomado como ponto de partida de toda a leitura evolucionista e economicista por boa parte das correntes marxistas da época, mostra que sua elaboração inscrevia-se em um debate internacional sobre o nó teoria-movimento e apresentava uma alternativa interpretativa às questões vinculadas aos materiais históricos representados pelos processo de construção de hegemonias e de sua crise.

O conceito de hegemonia, tal como formulado por Gramsci, permite, também, pensar a unidade das dimensões nacional e internacional da política. Para o marxista italiano, “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica e se verifica não somente no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, como em todo o campo internacional e mundial, entre complexos de civilizações nacionais e continentais”. (Gramsci, 1977: 1331) Essa afirmação poderia, muito bem, sintetizar seu notável esforço para “traduzir” a revolução russa para o contexto histórico italiano (Cf. Reis, 2005). Infelizmente são poucas as passagens dos *Quaderni* nas quais Gramsci desenvolveu este tema, entretanto, há um importante texto no qual deu contornos mais definidos a essa unidade:

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Seguem, é indubitável. Toda inovação orgânica na estrutura modifica

10 Para um desenvolvimento maior das relações entre crise econômica e crise política ver Bianchi (2002).

organicamente as relações *absolutas e relativas* no campo internacional, através das suas expressões técnico-militares. Inclusive a posição geográfica de um Estado não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, mesmo reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.). Além do mais, as relações internacionais regem positiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos). Quanto mais a vida econômica de uma nação se subordina às relações internacionais, mais um partido determinado representa esta situação e explora-a para impedir o predomínio dos partidos adversários (veja-se o famoso discurso de Nitti sobre a revolução italiana tecnicamente impossível!). A partir desta série de fatos, pode-se chegar à conclusão de que freqüentemente, o chamado ‘partido estrangeiro’ não é propriamente aquele que vulgarmente é apontado como tal, mas exatamente o partido nacionalista, que na realidade, mais do que representar as forças vitais do seu país, representa a sua subordinação e a servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas. (Gramsci, 1977: 1562.)

O texto, embora extenso foi citado na íntegra para dar clareza a seguinte hipótese: o conceito gramsciano de hegemonia pode funcionar como ponte conceitual entre uma *teoria do Estado* e uma *teoria das relações internacionais*. Ou seja, ele permitiria compreender a articulação existente entre as dimensões nacionais e internacionais da política e da economia. A questão, entretanto, não é plenamente desenvolvida no interior dos *Quaderni*. Em mais de uma oportunidade seu autor foi acusado de ser insuficientemente internacionalista ou excessivamente italiano (p. ex. Anderson, 1986.) Entretanto, suas análises sobre o americanismo e o fordismo e seu impacto na realidade européia ou sua apreciação do lugar da revolução russa na política continental deveriam permitir uma compreensão mais nuançada de seu pensamento. De fato, nesses momentos se estabelecem com clareza os nexos entre o nacional e o internacional no interior das categorias gramscianas e, particularmente na de hegemonia.

Resta ainda discutir brevemente a unidade entre Estado e sociedade civil que o conceito de hegemonia permitiria articular. É no *Quaderno 6*, redigido entre novembro de 1930 e janeiro de 1932 e composto em sua maioria de textos B que Gramsci apresenta o conceito de “Estado integral”. A formulação aparece pela primeira vez quando o marxista sardo analisa o processo de constituição de uma

ordem social após a Revolução francesa de 1789 na qual a burguesia “pode apresentar-se como ‘Estado’ integral, com todas as forças intelectuais e morais *necessárias e suficientes* para organizar uma sociedade completa perfeita.” (Gramsci, 1977: 691). A construção do texto gramsciano põem-se em nexos evidentes com o prefácio de 1859. Tendo reunido as condições necessárias e suficientes para a superação da antiga ordem pôde a burguesia proceder à completa reorganização de sociedade.

Fica claro que a definição de Estado aí esboçada procura evitar uma concepção que o reduz ao aparelho coercitivo. A construção do consenso, a organização das forças “intelectuais e morais” também encontra lugar nesse Estado. Nas palavras de Gramsci:

Afirma Guicciardini que para a vida de um Estado duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião. A fórmula de Guicciardini pode traduzir-se em várias outras fórmulas menos drásticas: força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral (história ético-política de Croce), direito e liberdade, ordem e disciplina ou, com um juízo implícito de sabor libertário, violência e fraude. (Gramsci, 1977: 762-763.)

O Estado tem, dessa maneira, um caráter dual, meio homem, meio animal, como o Centauro maquiaveliano. Ele é marcado pela presença de elementos antitéticos, sem que cada um deles chegue a anular seu par no processo histórico mas, pelo contrário, cada um moldando e até mesmo reforçando o outro. É nessa perspectiva que Gramsci, no mesmo parágrafo discute a iniciativa jacobina de

unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil) em uma busca desesperada de apertar no punho toda a vida popular e nacional, mas aparece também como a primeira raiz do Estado laico moderno, independente da Igreja, que procura e encontra em si próprio, em sua vida complexa, todos os elementos de sua personalidade histórica. (Gramsci, 1977: 762-763.)

De modo resumido mas nem por isso menos significativo, Gramsci apresenta sua concepção de maneira já clássica, “Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encouraçada de coerção” (Gramsci, 1977: 763-764), ou como dirá mais adiante, no mesmo *Quaderno*, “Estado (no sentido integral: ditadura + hege-

monia)” (Gramsci, 1977: 810-811. Ver a minuciosa discussão de Liguori, 2000, 2001 e 2004). Aqui o termo hegemonia é usado como sinônimo de *consenso*, por oposição a *coerção*, ou de *direção* de uma classe ou um grupo social sobre as classes e grupos aliados, por oposição a *dominação*.

Cabe ressaltar que a sociedade civil entendida como o conjunto de organismos privados responsáveis pela articulação do consenso forma um todo indissolúvel com a sociedade política. Ou seja, sociedade política e sociedade civil formam dois planos superpostos que só podem ser separados com fins meramente analíticos (cf. o debate entre Bobbio, 1975 e Texier, 1988).¹¹ A unidade existente entre consenso e coerção aparece de forma categórica na análise gramsciana do fordismo. O marxista italiano alerta que a adaptação dos trabalhadores aos novos métodos de produção próprios do fordismo não pode se verificar “apenas” através da coerção social. A coerção deve ser “sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho.” (Gramsci, 1977: 2171-2172.) O exercício da hegemonia é, assim, entendido por Gramsci como uma combinação de força e consenso, mesmo nos regimes políticos nos quais imperam as formas democrático-liberais.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa procura incorporar aos estudos gramscianos realizados no Brasil a rica metodologia genético-diacrônica que tem caracterizado recentes pesquisas na Itália. Assumindo o caráter inacabado dos *Quaderni* e a provisoriade das formulações ali contidas, esse enfoque tem se empenhado em uma “contextualização eficaz” do pensamento gramsciano capaz de permitir uma reconstrução rigorosa do percurso da formulação conceitual ao longo dos textos.¹² Coube aos

11 Embora Gramsci tenha destacado isso, vários autores tem insistido na separação metodológica entre Estado e sociedade civil (cf. p. ex. Baker, 1998, Cohen e Arato, 2000).

12 Esse enfoque genético diacrônico era impossível de ser levado a cabo com base na velha edição temática organizada por Palmiro Togliatti e Felice Platone e por isso teve de esperar a edição crítica (Gramsci, 1977) organizada por Valentino Gerratana (cf. Bianchi, 2004).

estudos pioneiros de Valentino Gerratana (1997) e de Gianni Francioni (1984) estabelecer as ferramentas que permitiram o desenvolvimento dessa perspectiva. A partir da edição crítica dos *Quaderni del carcere*, publicados por Gerratana em 1977, tornou-se possível superar as leituras sistemáticas que impunham artificialmente uma ordem externa ao texto e desenvolver pesquisas que procuravam captar a unidade do pensamento de Antonio Gramsci no próprio processo de sua construção. Posteriormente, Francioni levou a cabo uma meticulosa datação dos parágrafos no interior de cada caderno (1984), o que permitiu valorizar a história interna dos *Quaderni*.

Desde o ano de 2000, o seminário sobre o *lessico gramsciano* realizado em Roma tem explorado essa metodologia genético-diacrônica renovando os estudos sobre a obra do marxista sardo (ver, p. ex. Baratta, 2004; Frosini, 2003; Frosini e Liguori, 2004; e Medici, 2000). Este método de restauro, como é denominando por Gerratana (1997), encontra-se fortemente ancorado no próprio Gramsci. Em uma nota escrita a respeito da obra de Marx, afirma esse autor:

Se se quer estudar o nascimento de uma concepção de mundo que nunca foi exposta sistematicamente por seu fundador (...), é preciso fazer preliminarmente um trabalho filológico minucioso e conduzido com o máximo escrúpulo de exatidão, de honestidade científica e de lealdade intelectual, de ausência de todo preconceito e apriorismo ou posição pré-concebida. É preciso, inicialmente, reconstruir o processo de desenvolvimento intelectual do pensador dado para identificar os elementos que se tornam estáveis e ‘permanentes’, ou seja, que são assumidos como pensamento próprio, diverso e superior ao ‘material’ precedentemente estudado e que lhe serviu de estímulo; apenas estes elementos são momentos essenciais o processo de desenvolvimento. (...) a pesquisa do *leitmotiv*, do ritmo do pensamento em desenvolvimento deve ser mais importante do que as afirmações particulares e casuais e do que os aforismos isolados (Gramsci, 1977: 1840-1842).

A minuciosa discussão a respeito desse parágrafo e daqueles que lhe seguem feita por Baratta (2004, cap. IV) permite identificar o valor metodológico que Gramsci atribuía a essa passagem. Os cuidados que o sardo exige a respeito da obra de Marx tornam-se ainda mais importantes para a leitura dos *Quaderni* dado seu caráter fragmentário e inconcluso. O autor dos *Quaderni* era muito cuidadoso a respeito de sua

obra e em várias ocasiões faz referência a essa provisoriidade (ver a discussão desses textos em Frosini, 2003: 73-74 e Baratta, 2004: 95n). Na última dessas advertências, um sinal de alerta, redigido no ano de 1932, e incluído na “*Avvertenza*” que abre o *Quaderno 11*, Gramsci afirma:

As notas contidas neste caderno, como nos demais, foram escritas ao correr da pluma, para um rápido pró-memória. Elas devem ser completamente revistas e controladas minuciosamente porque contêm certamente inexatidões, falsas aproximações, anacronismos. Escritas sem ter presentes os livros a que se referem é possível que após o controle devam ser radicalmente corrigidas porque exatamente o contrário do que se afirma resulta ser o verdadeiro (Gramsci, 1977: 1365).

O autor reconhece não apenas que pode haver erros como também que as notas poderiam ser “radicalmente corrigidas”. A presença dessa “*Avvertenza*” no início do *Quaderno 11*, o mais acabado de todos, é significativa. Mas significativa para quem? Para o autor das notas a advertência deveria ser óbvia, e, portanto, dispensável. Se os *Quaderni del carcere* fossem apenas o registro de uma investigação em andamento, um “caderno de campo” no qual o pesquisador registrava suas reflexões e o resultado de sua atividade científica, se estas notas se destinavam apenas à leitura de seu próprio autor, então, que sentido teria essa advertência?

Gramsci parece, com esses sinais de alerta, antever o destino que seus *Quaderni* teriam. É sabido que sempre ofereceu resistência à publicação de trabalhos que não considerava prontos. Em uma carta a sua cunhada Tania Schucht, de 7 de setembro de 1931, ilustra essa sua atitude: “Em dez anos de jornalismo escrevi linhas suficientes para encher quinze ou vinte volumes de quatrocentas páginas, mas estas linhas eram escritas no dia-a-dia e, a meu ver, deviam morrer no fim do dia. Sempre me recusei a fazer coletâneas, mesmo limitadas.” (Gramsci, 1973: 480.) Foi por essa razão que se recusou, em 1918 a autorizar a publicação de uma seleção de artigos e que, em 1921, preferiu recolher o manuscrito que já se encontrava em vias de publicação na editora de Giuseppe Prezzolini, pagando os custos de uma parte já feita da composição (Gramsci, 1973: 480).

Mas os alertas dos *Quaderni* parecem estar assentados, não apenas na conhecida prudência do autor como, também, na convicção da incompletude e provisoriidade do material reunido e na percepção de que essa condição poderia não ser reconhe-

cida por eventuais leitores. Escrevendo a respeito da obra de Marx, Gramsci coloca a questão de fundo:

Entre as obras do pensador dado, além disso, é preciso distinguir aquelas que ele concluiu e publicou daquelas que permaneceram inéditas, porque não concluídas, e foram publicadas por amigos e discípulos, com revisões, modificações, cortes, ou seja, com uma intervenção ativa do editor é evidente que o conteúdo desta obra póstuma deve ser tomado com muito discernimento e cautela, porque não pode ser considerado definitivo, mas *apenas material ainda em elaboração, ainda provisório*; não pode excluir-se que essas obras, especialmente se há muito em elaboração sem que o autor não se decidisse nunca a completá-la, fossem repudiadas pelo autor ou consideradas insatisfatórias (Gramsci, 1977: 1842).

As exigências metodológicas necessárias para o estudo dos *Quaderni* não anulam, entretanto, o valor da obra, embora comprometam irremediavelmente interpretações ligeiras. Depois dos trabalhos pioneiros de Gerratana e Francioni tornou-se assim possível assumir o caráter fragmentário e inconcluso da reflexão gramsciana, sem com isso perder sua unidade ou coerência interna. Segundo Gerratana,

É de se discutir, entretanto, se o pensamento de Gramsci é mais unitário onde se apresenta de modo unitário, isto é, se é unitário *apesar* da sua fragmentação. O estudo do desenvolvimento do pensamento gramsciano no *corpus* dos *Cadernos*, aponta, parece, a outra conclusão, isto é, faz compreender o quanto esse pensamento é vivo e unitário por intermédio, propriamente, de sua fragmentação (1997, p. 25).

A compreensão do caráter vivo e unitário desse pensamento impõe mais uma exigência metodológica: a reconstrução das fontes teóricas dos *Quaderni* e das *Lettere*. A valorização da temporalidade própria do processo de produção teórica implica na valorização do diálogo crítico que esta promove a respeito da obra de Antonio Labriola (2000), Benedetto Croce (1931, 1946, 1947 e 1998), Giovanni Gentile (2003) e Georges Sorel (1946), bem como a repercussão em seu pensamento da experiência soviética e, particularmente dos debates no interior do movimento comunista internacional e de sua seção italiana. A contextualização eficaz do pensamento gramsciano e a reconstrução de suas fontes permitirá, desse modo, restaurar esse diálogo crítico que Gramsci

estabeleceu com autores que compunham o ambiente literário da época e acompanhar de modo minucioso o processo de construção do conceito de hegemonia.

Com o objetivo de revelar o *leitmotiv* do pensamento gramsciano e a construção do conceito de hegemonia a pesquisa deverá:

1) Recuperar as fontes do pensamento gramsciano, procurando estabelecer de modo rigoroso o contexto cultural e político de sua elaboração.

2) Analisar a construção gramsciana do conceito de hegemonia, procurando apontar as diferentes fórmulas utilizadas pelo marxista sardo nos Quaderni del carcere, bem como o processo de construção do conceito de hegemonia no interior dessa obra.

3) Explorar a aplicabilidade desse conceito para a pesquisa crítica no âmbito das ciências humanas a partir do diálogo crítico com os estudos gramscianos contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTI, Aldo. “As correntes constitutivas do movimento comunista internacional.” In: HOBBSAWM, Eric. (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, v. 6.
- ANDERSON, Perry. “As antinomias de Antonio Gramsci”. In: ANDERSON, Perry et al. *Crítica marxista: a estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986, p. 7-74
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/são Paulo: contraponto/Unesp, 1996.
- BADALONI, Nicola. “Gramsci: a filosofia da práxis como previsão?”. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, v. X, p. 13-128
- BADALONI, Nicola. *Il marxismo di Gramsci: dal mito alla ricomposizione politica*. Torino: Einaudi, 1975.
- BADALONI, Nicola. “Liberdade individual e homem coletivo em Gramsci”. In: INSTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BAKER, Gideon. “Civil society and democracy: the gap between theory and possibility”. In: *Politics*, Oxford, v. 18, n. 2, 1998.
- BARATTA, Giorgio. *As rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BELLAMY, Richard e SCHECTER, Darrow. *Gramsci and the Italian State*. New York: St. Martin's Press, 1993
- BELLAMY, Richard. Gramsci, Croce and the Italian Political Tradition. *History of Political Thought*, v. XI, n. 2, p. 313-37, 1990.
- BENOIT, Hector. *Tetralogia dramática do pensar*. Tese (Livre-Docência em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004, l. I (Em busca da odisséia dialógica: a questão metodológica das temporalidades).
- BENSAÏD, Daniel. *La discordance des temps: essai sur les crises, les classes, l'histoire*. Paris: Passion, 1995.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx l'intempestif: grandeurs et misères d'une aventure critique (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Fayard, 1996.
- BIANCHI, Alvaro. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano”. In: *Novos Rumos*, n. 36, p. 28-37, 2002.

- BIANCHI, Alvaro. "Lukács, Gramsci e a crítica ao Ensaio popular de Bukharin". In: *Universidade e Sociedade (ANDES)*, Brasília, v. XIII, n. 30, p. 182-187, 2003
- BIANCHI, Alvaro. "Resenha de Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, 6v*". In: *Outubro*, n. 10, p. 134-142, 2004.
- BOBBIO, Norberto. "*Gramsci e la concezione della società civile*". In: ROSSI, Pietro. *Gramsci e la cultura contemporanea: Atti del Convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967*. Roma: Riuniti/Istituto Gramsci, 1975, v. 1, p. 75-100.
- BRAGA, Ruy. *Risorgimento, fascismo e americanismo: a dialética da passivização*. In: DIAS, Edmundo Fernandes *et alli*. *O outro Gramsci*. São Paulo, Xamã, 1996, p. 167-182.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. "Entrevista com Christine Buci-Glucksmann". In: *Revista Mexicana de Sociologia*, v. XLII, n. 1, p. 289-301, 1980a.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. "Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva". In: INSTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p 117-148.
- BUKHARIN, Nicolai. *Teoria del materialismo historico. Ensayo popular de sociologia marxista*. Madri: Siglo XXI, 1974.
- CAVALLARI, Giovanna. "Sorel critico del marxismo". In: *Critica marxista* n. 2, 1971.
- CAVALLARO, Luigi. *L'economia política di Gramsci. Critica Marxista (nuova serie)*, Roma, n. 4, lug.-ago. 1997, p. 60-69.
- COHEN, Jean e ARATO, Andrew. *Sociedad civil y teoría política*. México D.F., Fondo de Cultura Económica, 2000.
- COSPITO, Giuseppe. "Struttura e sovrastruttura nei 'Quaderni' di Gramsci". In: *Critica Marxista (nuova serie)*, Roma, n. 3-4, mag.-ago. 2000, p. 98-107.
- COSTA, Sérgio. "Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil". In: *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 43, p. 3-25, 1997
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

- COX, Robert W e SINCLAIR, Timothy J. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University, 1996.
- COX, Robert W. "Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative World order". In: *Review of International Studies*, Cambridge, v. 25, n. 1, p. 3-28, p. 1999.
- COX, Robert W. *Production, power and world order*. Social forces in the making of History. New York: Columbia University, 1987.
- CREHAN, Kate. *Gramsci: culture and anthropology*. Londres: Pluto, 2002.
- CROCE, Benedetto. *Introduzione ad una storia d'Europa nel secolo decimonono*. Bari: Laterza, 1931.
- CROCE, Benedetto. *La Rivoluzione napoletana del 1799*. Napoli: Bibliopolis, 1998.
- CROCE, Benedetto. *Logica come scienza del concetto puro*. Bari: Laterza, 1947.
- CROCE, Benedetto. *Materialismo storico ed economia marxistica*. Bari: Laterza, 1946.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Um outro olhar: sobre a análise gramsciana das organizações internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n. 42, p.39-53, fev. 2000.
- CUOCO, Vincenzo. *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. Milano: Rizzoli, 1999.
- DANIELE, Chiara (Org.). *Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca*. Il carteggio del 1926. Turim: Einaudi, 1999
- DE FELICE, Franco. "Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci". In: INSTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1978.
- DE GIOVANNI, Biagio. Dove nasce l'energia del possibile (Tra "Anti-Croce" e "Anti-Bucharin": volontà, storicismo, discontinuità nella crisi del pensiero europeo). *Rinascita - Il contemporaneo*, n. 30, p. 17-19, Aug. 1987.
- DEL NOCE, Augusto. *Giovanni Gentile: per una interpretazione filosofica della storia contemporanea*. Bologna: Il Mulino, 1996.
- DEL NOCE, Augusto. *Il suicidio della rivoluzione*. Milano: Rusconi, 1978.
- DI BENEDETTO, Donatella. "Americanismo e corporativismo in Gramsci". In: *Critica Marxista*, Roma, n. 3-4, p. 88-97, mag.-ago. 2000.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim*. A construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.
- DIAS, Edmundo Fernandes. "Hegemonia: racionalidade que se faz história". In: DIAS, Edmundo

- Fernandes et alli. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xama, 1996, p. 9-80
- DIAS, Edmundo Fernandes. “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”. In: DIAS, Edmundo Fernandes et alli. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xama, 1996a, p. 105-122
- DURANTE, Lea. Il libro del convegno di Napoli. *International Gramsci Society Newsletter*, n. 9, 3-13, Mar., 1999.
- FINOCCHIARO, Maurice A. *Gramsci and the history of dialectical thought*. Cambridge: Cambridge University, 2002.
- FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FOLEY, Michael W. e EDWARDS, Bob. “The paradox of civil society”. In: *Journal of Democracy*, v. 7, n. 3, p. 38-52, 1996.
- FRANCIONI, Gianni. *L’Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei “Quaderni del carcere”*. Napoli: Bibliopolis, 1984.
- FROSINI, Fabio. *Gramsci e la filosofia: saggio sui Quaderni del cárcere*. Roma: Carocci, 2003.
- GENTILE, Giovanni. *La filosofia di Marx*. Firenze: le lettere, 2003.
- GERRATANA, Valentino. *Gramsci. Problemi di metodo*. Roma: Riuniti, 1997.
- GILL, Stephen. Gramsci and global politics: towards a post-hegemonic research agenda. GILL, Stephen (ed.). *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge: Cambridge university, 1993, p. 1-18
- GRAMSCI, Antonio. *Lettere dal carcere*: a cura di segio Caprioglio e Elsa Fubini. Turim: Einaudi, 1973.
- GRAMSCI, Antonio. *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*. Turim: Einaudi, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro : Geaal, 2000.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 8. ed. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte/ Brasília: UFMG/Unesco, 2003, p. 294-333.
- HALL, Stuart. *The hard road to renewal: Thatcherism and the crisis of the left*. London: Verso, 1990..
- JACOBITTI, Edmund E.. “Hegemony before Gramsci: The case of Benedetto Croce”. In: *The*

Journal of Modern History, n. 52, p. 66-84, Mar. 1980.

JACOBITTI, Edmund E.. “Labriola, Croce and Italian Marxism (1895-1910)”. In: *Journal of the History of Ideas* n. 36, Apr.-May, 1975.

JESSOP, Bob. *State theory: putting the capitalist state in its place*. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1990.

KANOUSI, Dora e MENA, Javier. *La revolución pasiva: una lectura a los Cuadernos de la Cárcel*. México D.F.: Universidad Autónoma de Puebla, 1985.

KEOHANE, Robert O. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton : Princeton University Press, 1984.

LABRIOLA, Antonio. *Saggi sul materialismo storico: introduzioni e cura di Antonio A. Santucci*. Roma: Riuniti, 2000.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LENIN, V. I.. “The Three Sources and Three Component Parts of Marxism”. In: *Collected Works*. Moscou: Progress, 1977, v. 19, p. 21-28.

LEPRE, Aurelio. *O prisioneiro: a vida de Antonio Gramsci São Paulo* : Record, 2001.

LIGUORI, Guido e META, Chiara. *Gramsci: guida allá lettura*. Milão: Unicolpi, 2005

LIGUORI, Guido. “Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade”. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 173-188.

LIGUORI, Guido. *Gramsci conteso: storia di un dibattito, 1922-1996*. Roma: Riuniti, 1936.

LIGUORI, Guido. “Stato e società civile da Marx a Gramsci”. In: *Critica Marxista* (nuova serie), Roma, n. 6, nov.-dic. 2000, p. 37-43.

LIGUORI, Guido. La società civile da Gramsci a Berlusconi. *Critica Marxista* (nuova serie), Roma, n. 6, nov.-dic. 2001, p. 43-51.

LIGUORI, Guido. Stato-società civile. In: FROSINI, Fabio e LIGUORI, Guido. *Le parole di Gramsci: per un lessico dei Quaderni del carcere*. Roma: Carocci, 2004, p. 208-226.

LOSURDO, Domenico. *Antonio Gramsci dal liberalismo al “comunismo critico”*. Roma: Gamberetti, 1997.

MACHIAVELLI, Niccoló. *Tutte le opere*. Florença: Sansoni, 1971.

- MANGONI, Luisa. "Rivoluzione passiva". In VV. AA. *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. Roma: L'Unità, 1987.
- MARTELLI, Michele. *Gramsci filosofo della politica*. Milano: Unicolpi, 1996.
- MEDICI, Rita. *Giobbe e Prometeo: filosofia e politica nel pensiero di Gramsci*. Firenze: Alínea, 2000.
- MURPHY, Craig N. *International organization and industrial change*. Global governance since 1850. Cambridge: Polity Press, 1994.
- NATOLI, Aldo. *Antigone e il prigioniero: Tania Schucht lotta per la vita di Gramsci*. Roma: Riuniti, 1990
- PAGGI, Leonardo. "La teoria generale del marxismo in Gramsci". In: *Annali Istituto Giangiacomo Feltrinelli*, Milão, a. XV, 1973, p. 1318-1370.
- PIOTTE, Jean Marc. *La pensee politique de Gramsci*. Paris: Anthropos, 1970.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. Mexico D.F.: Folios, 1987.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RAGAZZINI, Dario. *Leonardo nella società di massa: teoria della personalità in Gramsci*. Bergamo: Moretti Honegger, 2002.
- REIS, Cláudio. *Gramsci como tradutor da nação: uma análise sobre seus textos de 1910 a 1926*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus Marília, 2005.
- RUPERT, Mark. *Producing hegemony*. The politics of mass production and american global power. Cambridge: Cambridge University, 1996.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTUCCI, Antonio A. (org.). *Gramsci in Europa e in America*. Bari: Laterza, 1995.
- SANTUCCI, Antonio A. *Antonio Gramsci 1891-1937: guida al pensiero e agli scritti*. Roma: Riuniti, 1987.
- SANTUCCI, Antonio A.. *Senza comunismo. Labriola, Gramsci, Marx*. Roma: Riuniti, 2001.
- SASSOON, Anne Showstack. *Gramsci's politics*. Minneapolis: University of Minnesota, 1987.
- SOREL, Georges. *Reflexions sur la violence*. Paris: Marcel Riviere, 1946.
- SPRIANO, Paolo. *Storia del Partito comunista italiano*. Turim: Einaudi, 1976, 5v.
- TEXIER, Jacques. "Significati di società civile in Gramsci". In: *Critica Marxista*, Roma, a. 26,

n. 5, p. 5-35, set. ott. 1988.

TOGLIATTI, Palmiro. *Antonio Gramsci*. Roma: Riuniti, 1972.

TOSEL, Andre. “Gramsci e a revolução francesa”. In: *Novos Rumos*, São Paulo, v. 9, n. 22, p. 41-45, 1994.

URBINATI, Nadia. “From the periphery of modernity. Antonio Gramsci’s theory of subordination and hegemony”. In: *Political Theory*, v. 26 .n. 3, p. 370-391, Jun. 1998.

VACCA, Giuseppe. *Il marxismo e gli intellettuali: dalla crisi di fine secolo ai “Quaderni del carcere”* Roma: Riuniti, 1985.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. Londres: Fontana, 1983.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University, 1977.

ZANARDO, Aldo. El “Manual” de Bujarin visto por los comunistas alemanes y por Gramsci”. In: BUKHARIN, Nicolai. *Teoria del materialismo historico*. Madri: Siglo XXI, 1974, pp. 1-36.